



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016823-49.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **José Cláudio Smaniotto**
 Requerido: **Município de São Carlos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por José Cláudio Smaniotto contra o Município de São Carlos a Fazenda do Estado de São Paulo. Afirma o requerente que é portador de Esclerose Múltipla, doença neuroimunológica, de causa desconhecida, que acarreta lesões no Sistema Nervoso Central (SNC), caracterizando-se por surtos periódicos e tende a piorar a cada crise, podendo ser progressiva, com piora constante, pois lesa a mielina, camada que recobre o nervo que liga o cérebro ao corpo, em razão do que lhe foi prescrito o medicamento denominado “Fingolimode 0,5mg ao dia, de altíssimo custo, sendo certo que não tem condições de arcar com valor do tratamento. Requer, em sede de antecipação de tutela, o fornecimento da medicação pelos requeridos, na quantidade necessária, até ordem médica em contrário.

O Ministério Público manifestou-se, concordando com o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fls. 24/25), que foi deferido às fls. 26.

Determinou-se que o autor se submetesse a consulta com médico vinculado à rede pública municipal (fls. 57), o que ocorreu, conforme documento de fls. 98, tendo sido indicado o mesmo medicamento pleiteado na inicial, bem como o Natalizumabe.

Diante do descumprimento dos réus em comprovar a entrega do medicamento nos autos, bem como das informações do autor de fls. 69, foi determinado que se procedesse ao bloqueio de verbas públicas e à liberação do numerário para que o requerente pudesse adquirir o medicamento (fls. 70).

Às fls. 160 o autor juntou aos autos nota fiscal comprovando a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

aquisição da medicação.

Citado (fls. 66), o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 100/110), alegando, que o medicamento pleiteado possui custo excessivo, sendo de difícil aquisição no mercado, já que não é comercializado pela maioria das distribuidoras. Alega, ainda, que o fornecimento de medicamentos especiais ou de alto custo seria de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que a norma constitucional determina que o acesso ao atendimento hospitalar, ambulatorial e prevenção de doenças se dê de forma igualitária a todos, sem privilégios de uns em detrimento dos demais. Requereu a improcedência do pedido.

Contestação do Estado de São Paulo às fls. 147/154. Preliminarmente, arguiu a inépcia da inicial, sob a alegação de que o pedido é genérico e incerto. Sustenta que o medicamento Fingolimode 0,5 mg não é padronizado pelo SUS para distribuição aos pacientes acometidos pela doença de que sofre o requerente e que há outros medicamentos com ação terapêutica similar. Requereu a improcedência do pedido.

Pela decisão de fls. 184 foi determinado que os réus comprovassem, no prazo de 48 horas, o fornecimento do medicamento ao autor. Determinou-se, também, que se procedesse ao sequestro de verba pública, na hipótese de ausência de comprovação da entrega do fármaco. Desta decisão, o Estado de São Paulo interpôs Agravo de Instrumento (fls. 199), ao qual foi negado seguimento (fls. 272/273).

Às fls. 228, deferiu-se o sequestro de verbas públicas, ante a necessidade de aquisição do medicamento pelo autor, conforme nota fiscal juntada às fls. 193.

Pela petição de fls. 278/279 requer o autor o sequestro de verbas públicas, eis que, no último mês, os réus deixaram de proceder à entrega do medicamento.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Não há que se falar em pedido genérico, pois o autor descreveu a moléstia que a acomete e requereu provimento jurisdicional que lhe garanta a manutenção de sua saúde, buscando-se o fornecimento do medicamento necessário ao tratamento de sua doença.

Por outro lado, acompanham a inicial o relatório e o receituário médico, sendo esses os documentos necessários ao conhecimento do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

No mais, o pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Ressalte-se que tanto a médica que assiste o autor (fls. 17) quanto a médica da rede pública municipal (fls. 98) indicaram o medicamento pleiteado para tratamento da doença que acomete o paciente.

Ademais, não se discute sobre a existência de outras alternativas terapêuticas. Essa informação é de conhecimento público, inclusive da médica que assiste ao autor e ninguém melhor do que ela para saber do que necessita o seu paciente, avaliando a resposta frente a outros tratamentos já realizados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se, a tutela antecipada, para que os requeridos continuem fornecendo o medicamento constante do receituário de fls. 18, enquanto dele necessitar o autor, sob pena de sequestro de verbas públicas para esta finalidade.

Condeno os requeridos, solidariamente, a arcar com as custas, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

Ante a informação de fls. 278/279, deverão os Entes Públicos Estadual e Municipal, em 48 horas, comprovar a entrega do medicamento ao autos. Decorrido tal prazo sem a comprovação, proceda-se ao sequestro de R\$ 5.436,14 (cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quatorze centavos), na proporção de 50% para cada um deles. Efetuado o bloqueio, desde já fica deferido o levantamento da quantia em favor do autor, que deverá comprovar nos autos a compra do medicamento.

P. R. I. C.

São Carlos, 12 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**